



Texto do Decreto de Concessão da OTEVLM

A reestruturação das Ordens Honoríficas Portuguesas, operada após a implantação da República, e também a criação de medalhas de natureza especificamente militar, vieram, através das respetivas regulamentações, abrir a possibilidade de serem agraciados coletivamente, não só corpos militares, mas também instituições civis que se achassem nas condições exigidas para cada tipo específico de condecoração.

O Colégio Militar, com seu prestigioso passado de mais de um século e com uma notabilíssima panóplia de antigos alunos que nele receberam ensino e formação, e que, devolvidos à sociedade, vinham, desde a fundação, notabilizando-se pela prestação de importantes e diversificados serviços a Portugal, evidenciando-se pelo seu carácter como homens e pela natureza dos valores que norteavam o seu procedimento, veria iniciada a partir de 1920, uma nova forma de demonstração pública de apreço e de reconhecimento da sua obra como escola de educação completa.

E dir-se-ia que entrou, nesse ano de 1920, pela porta principal, visto que a primeira vez que foi agraciado, o foi logo com a mais alta condecoração nacional: a Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Para além do merecimento do Colégio Militar que, como veremos no texto de atribuição, seria mais que justificativo, haverá ainda que notar alguns aspetos que poderão ter contribuído para legitimar temporalmente a concessão: terminara há dois anos, com algum dramatismo para Portugal, um confronto mundial sem precedentes, durante o qual, nos teatros europeu e africano, se havia distinguido uma plêiade de antigos alunos, alguns dos quais haviam perdido a vida em atos de grande coragem e heroísmo que se conservavam na memória dos portugueses; vivera-se, no ano anterior, a agitação e o confronto causados pela tentativa de Paiva Couceiro de repor o regime monárquico, durante a qual, diversos alunos dos últimos anos, se haviam oferecido deliberadamente para combater ao lado das forças republicanas, gesto que, provavelmente, terá tocado a sensibilidade política da época. Mas pairavam também no ar os ecos do notabilíssimo, sereno e corajoso comportamento dos alunos do Colégio Militar, no Rossio, em 18 de dezembro de 1918, durante os momentos de pânico popular que ocorreram naquele local durante a passagem do assassinado presidente Sidónio Pais.

Estava-se em meados do ultimo mês de 1920. Assinavam um **decreto**, com data de 18, o **Presidente da República António José de Almeida** e o ministro da Guerra Major Dr. Álvaro Xavier de Castro, e o seu **texto era o que se segue**:

“Atendendo aos valorosos serviços prestados pelo Colégio Militar ao País, que durante mais de um século tem recebido acção benéfica dos seus alunos, quer no labor árduo das sciências, das letras e da politica, quer nos embates e pelejas da guerra;

Atendendo a que, sob a direcção do Visconde de Nossa Senhora da Luz, antigo aluno do referido Colégio Militar, outros antigos alunos, poderosamente contribuíram para a organização e desenvolvimento material da nossa Pátria, iniciando o uso da telegrafia eléctrica, do sistema métrico, executando trabalhos de geodesia e corografia, os primeiros estudos mineralógicos, os serviços do caminho de ferro e das companhias das águas de Lisboa, Porto e Coimbra;

Atendendo a que os filhos do Colégio Militar foram Agostinho Coelho, Francisco Pereira de Miranda, Manoel Pinheiro Chagas, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, João Andrade Corvo, José Maria Latino Coelho, Júlio César Machado e tantos outros que tam levantadamente se assinalaram como literatos, historiadores, estadistas, professores, etc.;

Atendendo a que liberais de destaque como José Maria de Serpa Pinto, Lourenço José Duarte e muitos dos combatentes da Legião Lusitana igualmente frequentaram o Colégio Militar e nele criaram esse espírito militar e liberal que os impulsionou na defesa dos seus ideais;

Atendendo a que mais recentemente, entre a plêiade dos nossos mortos na grande guerra se contam bastantes dos antigos alunos do Colégio Militar, que bem souberam honrar a Pátria e a República, tais como Óscar Monteiro Torres, o único aviador português morto em combate contra os alemães. Viriato Sertório Correia de Lacerda, que, ao cabo de encarniçada resistência em Moçambique, heroicamente morreu, encravando a sua metralhadora, de preferência a deixa-la nas mãos do inimigo. João Teixeira Pinto, Jorge de Sousa Gorgulho e Humberto de Ataíde, mortos em África na ultima campanha;

Atendendo a que, assim, justo é premiar no Colégio Militar qualidades de valor, lealdade e mérito exuberantemente manifestadas por tão grande numero dos seus antigos alunos, gravando impressivamente nas almas infantis daqueles que frequentam este estabelecimento, e que mais tarde serão os homens de Portugal, as tradições do passado e as aspirações do futuro, incitando-os a continuar a honra-lo como aqueles de que se faz menção e que para o Colégio Militar ganharam a suprema venera no peito de um soldado;

Como alto exemplo de culto e de respeito pelas qualidades de isenção e de sacrifício e puro patriotismo, tem sido a norma neste estabelecimento de educação:

Hei por bem decretar, sobre proposta do Ministro da Guerra, que nos termos do decreto nº 6285 de novembro de 1919, seja conferido ao Colégio Militar o Grau de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito, sendo-lhe aplicável o disposto no artigo 42º, do mesmo decreto.”